



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU/SE

Processo: 202140600336

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VIVIANE CARVALHO SANTANA MACHADO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, a parte autora recebeu a quantia de R\$ 3.712,50 (três mil e setecentos e doze reais e cinquenta centavos), **havendo complementação no valor de R\$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), durante o curso desse processo, conforme comprovam as cópias anexas que complementam os documentos já apresentados.**

Assim, a vítima recebeu em razão do presente sinistro a quantia total de R\$ 11.475,00 (onze mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

Ocorre que, os laudos periciais ratificam o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde a valor inferior ao pagamento efetuado administrativamente**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Dessa forma, requer que o perito, esclareça se as sequelas apontadas geraram prejuízo funcional permanente.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

ARACAJU, 1 de novembro de 2022.

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE